



Exmo/a Senhor/a  
**Décibel, Sistemas Profissionais de Som e Luz, Lda**  
Rua da Indústria - Touguinhó, N.º 65

4480-589 TOUGUINHÓ

NIF Entidade: 502894210

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 6304 / 2019	05/07/2019	2019/300.10.005/810	Contratação Pública

**Assunto:** Notificação de adjudicação - Aquisição de serviços de aluguer de sistema de som e luz para os palcos do Castelo e Avenida da Praia do Festival Musicas do Mundo 2019

Exmos. Srs.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por meu despacho, datado de 04/07/2019, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de serviços de aluguer de sistema de som e luz para os palcos do Castelo e Avenida da Praia do Festival Musicas do Mundo 2019, pelo valor de **€ 52.000,00 (cinquenta e dois mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

(No uso de competências próprias e/ou delegadas por despacho datado de 01 de novembro de 2018)